



Raunheitti buscou esquivar-se das acusações ao afirmar que não dirige mais suas entidades no Rio

Raunheitti não explica como obteve US\$ 14,9 mi

O deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ) não conseguiu explicar à CPI do Orçamento como conseguiu enviar às suas entidades US\$ 14,9 milhões das subvenções sociais em quatro anos. Raunheitti foi sub-relator setorial para o Ministério da Ação Social na Comissão de Orçamento entre 1989 e 1990, cargo para o qual foi indicado pelo deputado João Alves (PPR-BA) — principal envolvido na manipulação de verbas do Orçamento. No depoimento, de quase seis horas, ontem o deputado tentou esquivar-se das acusações afirmando ter deixado a direção das entidades educacionais e hospitalares de sua família ao ser eleito para a Câmara.

Raunheitti controla 11 entidades em Nova Iguaçu (RJ), todas consideradas beneficentes e sem fins lucrativos. A principal delas, a Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu (Sesni), recebeu entre 1991 e 1992, como subvenção social, US\$ 1,6 milhão, embora seja uma faculdade considerada cara, com mensalidades que variam de CR\$ 23 mil, no curso de Direito, e CR\$ 60 mil para o de Ciências Mé-

dicas. Outra das entidades, o Hospital-Escola São José, recebeu US\$ 3,1 milhões no mesmo período.

Raunheitti teve maiores dificuldades quando foi questionado pela deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ). Munida de documentos, a deputada provou que as entidades vinculadas a Raunheitti falsificam os balanços publicados no *Diário Oficial da União*, diminuindo o lucro, para que continuem sendo consideradas “filantrópicas”, sem o que não podem receber subvenção social com verbas do Orçamento.

De acordo com a deputada, uma auditoria fiscal feita pelo INSS comprovou que o livro-caixa da entidade mantenedora, a Sesni, apontava investimentos em 1991 no valor de CR\$ 1,232 bilhões. No entanto, no balanço publicado no *Diário Oficial* esse valor caiu para CR\$ 648 milhões. “Esta é uma prova documental de que é falso o certificado de filantropia que permite a essas entidades não pagar Imposto de Renda nem recolher contribuição para a Previdência Social, mas

que permite que obtenham subvenções do Orçamento”, disse. “Isso se caracteriza sonegação e fraude no Orçamento”, acrescentou.

Raunheitti procurou desvincular-se de uma possível amizade com o deputado João Alves (PPR-BA). “Nunca tomei nem um cafezinho com ele”, disse, acrescentando que só o procurava por ser o colega “expert” em Orçamento e por ser seu vizinho de gabinete. Ele confirmou ter conhecido João Alves antes de ser eleito deputado, em Nova Iguaçu, num centro esotérico “conhecido como ‘Universo em Desencanto’”. Em Brasília, eles estiveram juntos “algumas vezes”, mas Raunheitti negou ter recebido ou dado cheques a Alves. Disse que o economista José Carlos Alves dos Santos foi desonesto ao acusá-lo de manipulação de verbas. Também afirmou que o ex-motorista de Alves, Eli Lopes Leitão, mentiu ao dizer ter levado os dois do aeroporto a uma agência bancária onde retirou grande quantidade de dinheiro, depositado numa conta de Alves em outro banco.